



Ambiente & Sociedade

ISSN: 1414-753X

revista@nepam.unicamp.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ambiente e Sociedade

Brasil

VICENTINI DE SAMPAIO, SHAULA MAÍRA; CASTAGNA WORTMANN, MARIA LÚCIA  
GUARDIÕES DE UM IMENSO ESTOQUE DE CARBONO – FLORESTA AMAZÔNICA,  
POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O DISPOSITIVO DA SUSTENTABILIDADE

Ambiente & Sociedade, vol. XVII, núm. 2, abril-junio, 2014, pp. 71-90

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade  
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31731560006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# GUARDIÕES DE UM IMENSO ESTOQUE DE CARBONO — FLORESTA AMAZÔNICA, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O DISPOSITIVO DA SUSTENTABILIDADE

---

SHAULA MAÍRA VICENTINI DE SAMPAIO<sup>1</sup>  
MARIA LÚCIA CASTAGNA WORTMANN<sup>2</sup>

## Introdução

A Amazônia é uma parte do território nacional que recebe destaque expressivo na mídia brasileira (em jornais, revistas semanais e de divulgação científica, programas televisivos semanais, reportagens especiais, portais de notícias *online* etc.), protagonizando, com frequência, reportagens especiais, artigos de opinião, editoriais, notícias curtas, charges.

Apesar de se encontrar relativamente distante dos centros econômicos e políticos do Brasil, esse espaço suscita a produção de uma considerável quantidade de textos e imagens nos mais diferentes tipos de mídia, nos quais se explicitam interesses diferentes e divergentes, articulados a discursos que igualmente se confrontam, mas atuam na construção de verdades sobre este lugar.

Além disso, o fato de a maioria dos enfoques sobre a Amazônia – nos meios de comunicação – gravitarem em torno da floresta, reificando um aparente consenso quanto à sua importância (ambiental, social e econômica) para o país e para o mundo, não impede que acirrados debates sobre essa região sejam travados, sobretudo no que diz respeito às questões econômicas a ela, muitas vezes, associada. E, por tudo isso, a Amazônia figura como pauta fortemente explorada nos diferentes veículos midiáticos nacionais.

Não obstante, é preciso considerar que essa região já foi narrada (ou “inventada” discursivamente<sup>1</sup>) de maneiras muito distintas das atuais em momentos passados, como mostram inúmeros estudos realizados no Brasil, como o de Gondim (2007), Araújo (1998), Pádua (2005), Andrade (2010), Costa (2009), Guimarães (2006), Bueno (2002), Silva (1997), para mencionar apenas alguns dos autores que consultamos no processo de realização da pesquisa que deu origem a este artigo.

---

1 Professora do Instituto de Biologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: shaula.maira@gmail.com

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: wortmann@terra.com.br

Cada significação atribuída à Amazônia em diferentes períodos históricos configurou essa região a partir de determinadas especificidades, demarcando maneiras variadas de pensar e intervir nela conforme os interesses vigentes nestes períodos. Por outro lado, não podemos considerar que cada invenção da Amazônia substitui a outra, eliminando os vestígios das significações anteriores, visto que, ainda hoje, observamos alguns discursos que emergiram em épocas remotas imbricados nesse processo constante de inventar, “desinventar” e reinventar essa região.

Nesse sentido, a pesquisa em questão teve o propósito de observar mais detidamente alguns discursos contemporâneos sobre a Amazônia e, para isso, foram considerados textos publicados em jornais brasileiros de grande circulação<sup>ii</sup>. A escolha dos textos jornalísticos não foi fortuita, tendo em vista que aventamos analisar outros materiais que colocam em circulação significados conferidos atualmente a esta região (como trabalhos acadêmicos, sites de organizações não-governamentais, políticas públicas, entre outros). Demos destaque aos textos midiáticos por estes serem acessíveis a um público mais amplo e participarem intensamente na difusão de enunciados sobre a Amazônia. Desse modo, levamos em consideração o forte apelo “pedagógico” que caracteriza os produtos midiáticos contemporâneos, ensinando-nos a vermos o mundo e a nos relacionarmos com ele de determinadas formas. Como sintetiza Thompson (2009), os meios de comunicação são as rodas de fiar do mundo moderno e, ao usarmos estes meios, fabricamos teias de significação para nós mesmos.

Cabe destacar, ainda a título de apresentação, que o estudo referido não teve a intenção de lidar com toda a diversidade de discursos sobre a Amazônia que circulam em nossos tempos. Privilegiamos um enfoque vinculado à hipótese de trabalho que norteou os olhares para os textos jornalísticos coletados, i.e., a de que presenciamos, nas últimas décadas, uma articulação cada vez mais intensa entre *populações tradicionais, floresta amazônica e sustentabilidade*. O conceito de articulação, como definiu Stuart Hall em uma entrevista dada a Grossberg (1996), designa um elo não necessário e não determinista entre uma força social que se constrói e as concepções de mundo que tornam inteligível tal processo, trazendo para o processo histórico uma nova posição social e uma nova posição política para um novo conjunto de sujeitos sociopolíticos. De acordo com Slack (1996), o conceito de articulação nos Estudos Culturais pode ser pensado em diferentes níveis, quer seja, a partir de uma *dimensão epistemológica*, como uma maneira de lidar com as estruturas do que conhecemos como jogo de correspondências, não-correspondências e contradições, enquanto fragmentos da constituição daquilo que tomamos como unidades; a partir de uma dimensão *política*, na medida em que é uma forma de colocar em primeiro plano a estrutura e o jogo de poder que se impõem nas relações de dominação e subordinação; e também em uma *dimensão estratégica*, visto que atua como um mecanismo de moldagem da intervenção em determinada formação, conjuntura ou contexto social.

A articulação processada entre a noção de população tradicional, os enunciados sobre a floresta amazônica e a ideia de sustentabilidade abrange as três dimensões descritas por Slack (1996). No nível epistemológico, tal articulação se efetiva através da produção e disseminação de determinados enunciados – sobretudo os provenientes de trabalhos acadêmicos – sobre a relação das populações tradicionais com a natureza, usualmente

qualificada como mais sustentável. No nível político, essa articulação se processaria, destacadamente, como uma forma de resistência das populações tradicionais, que encontram nos discursos ambientalistas um meio de conquistar legitimidade quanto ao uso e à posse territoriais (ver, por exemplo, ALMEIDA, 2004). Especialmente no que tange a Amazônia, esta articulação representa também um modo de se contrapor diretamente aos discursos desenvolvimentistas que, nas décadas de 1970 e 1980, mobilizaram muitos investimentos na região com altos custos socioambientais. Já no nível estratégico, ainda que tal articulação tenha se efetuado como um mecanismo de resistência a determinadas forças políticas, acreditamos que alguns discursos podem estar promovendo a sua naturalização, isto é, ver as populações tradicionais como *naturalmente* protetoras da floresta amazônica pode acarretar uma moldagem das suas ações, circunscrevendo-as às práticas produtivas rústicas, ao isolamento social e cultural, enfim, à manutenção de um modo de vida prístino e não contaminado pelas “coisas do mundo globalizado”.

Simplificadamente, podemos afirmar que as populações tradicionais são caracterizadas como possuidoras de um estilo de vida menos impactante com relação à natureza, sendo consideradas apropriadas para habitarem a exuberante e biologicamente rica floresta amazônica. Tais enunciados sobre as populações tradicionais circulam em diversas instâncias culturais<sup>iii</sup>, descrevendo, posicionando e instituindo tais características como marcadores que diferenciam essas populações de outras que, inclusive, habitam estes mesmos espaços territoriais. Dito de outro modo, procedimentos que implicam identificar, selecionar e, assim, validar certas práticas e saberes das populações tradicionais atuam igualmente como táticas para regular a conduta dessas populações para que determinados fins sejam atingidos (por exemplo, a promoção de modos de vidas sustentáveis que garantam a preservação ambiental da Amazônia).

Argumentamos neste estudo, pois, que os discursos sobre a sustentabilidade constituem uma chave de inteligibilidade para se pensar a Amazônia contemporaneamente, atuando, assim, como um dispositivo estratégico na definição de formas de normatizar e regular as relações que se processam entre as pessoas que vivem neste local e a natureza.

## Modos de *ver* e *fazer*

A fim de situar resumidamente os caminhos que foram percorridos no estudo que subsidiou a escrita deste artigo, daremos algumas explicações acerca de questões aparentemente mais técnicas, mas não menos importantes se levarmos em consideração que uma análise deste tipo lida com uma quantidade considerável de textos que devem ser organizados, selecionados e categorizados de uma forma que seja produtiva, coerente e rigorosa. Nessa direção, assinalamos que foram reunidos, no total, quinhentos e cinquenta e nove textos jornalísticos que colocavam em destaque a floresta amazônica no período considerado (2007-2011). Entretanto, após algumas triagens preliminares, o *corpus* do estudo constituiu-se efetivamente de cento e noventa e dois textos que foram analisados e discutidos. Num momento seguinte, foram selecionados excertos do material inicial, considerados importantes com relação aos temas enfocados. Estes fragmentos foram lidos e relidos incontáveis vezes com a intenção de que fossem identificados os enunciados que

eles estavam mobilizando de modo a serem estabelecidas relações entre eles e, com isso, agrupá-los em subconjuntos, que foram chamados de “eixos temáticos”.

Dentro de cada eixo temático reunimos os enunciados em grupos distintos, conformando o que denominamos de “blocos de análise”. Ou seja, estes blocos de análise consistiam em conjuntos de excertos de um mesmo eixo temático que davam ênfase a um enunciado específico que foi analisado e discutido no estudo. Com isso, tivemos a intenção de mostrar como tais enunciados se inseriam em uma rede discursiva que não estava circunscrita aos fragmentos apresentados no bloco de análise<sup>iv</sup>, mas que se estende nas mais variadas instâncias socioculturais.

Assim, a partir da definição do objeto de estudo (as articulações entre floresta amazônica e as populações tradicionais) e da configuração das ferramentas conceituais (em especial, a noção de dispositivo da sustentabilidade), os eixos temáticos que escolhemos analisar foram aqueles que mais poderiam “dizer coisas” sobre o objeto em consonância com as estratégias teórico-metodológicas adotadas.

O presente artigo apresenta somente as discussões relativas ao eixo temático em que foram concentrados os enunciados acerca da importância das populações tradicionais amazônicas no contexto das mudanças climáticas globais<sup>v</sup>.

A perspectiva metodológica que norteou a realização da pesquisa foi a análise do discurso inspirada pelas ferramentas teórico-metodológicas provindas da obra de Michel Foucault, especialmente esmiuçadas na obra *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2009). Um dos aspectos fundamentais dessa orientação pode ser sintetizado na asserção de que os discursos se repetem e circulam, produzindo as verdades vigentes em determinado período histórico. Além disso, algumas características distintivas das formas como o filósofo francês (2009) teoriza o discurso são: seu caráter de acontecimento (visto que não se associa a relações de causa e efeito), sua singularidade ou pontualidade (isto é, sua dimensão localizada historicamente) e o fato de poder se dispersar, inclusive temporalmente, sendo repetido, transformado, apagado.

Veiga-Neto (2005) aponta que é preciso ler o que é dito em sua positividade e não tentar ir atrás das suas constâncias ou frequências linguísticas, nem das qualidades pessoais dos que falam e escrevem. Nessa direção, torna-se mais importante estabelecer relações entre os enunciados e o que eles descrevem, “para, a partir daí, compreender a que poder(es) atendem tais enunciados, qual/quais poder(es) os enunciados ativam e colocam em circulação” (VEIGA-NETO, 2005, p. 126).

Com base nisso, foram concentrados esforços nas leituras e discussões dos excertos retirados dos textos jornalísticos, tentando identificar os enunciados mais frequentes, suas relações com outros enunciados, assim como, buscando observar se estes delineavam continuidades e descontinuidades nos discursos sobre a Amazônia.

Dessa forma, não pretendemos procurar coisas “escondidas” nas entrelinhas, na tentativa de ver o que estaria sendo subrepticiamente dito sobre a floresta amazônica e seus habitantes. Nem tampouco tivemos o propósito de perguntar sobre o que motivou a produção (as causas) dos discursos contemporâneos sobre a Amazônia, mas sobre as condições que os tornaram possíveis e os efeitos que produzem. Também não nos pareceu interessante realizar qualquer operação de quantificação no que tange os textos analisados,

ou seja, a partir deste direcionamento teórico-metodológico não estamos preocupadas com a porcentagem de textos que apresenta tal ou qual enunciado; interessa-nos sim rastrear os ditos sobre a floresta e as populações tradicionais. Ainda que sejam ditos marginais, raros e lacunares. Talvez estes nos digam mais sobre as verdades construídas sobre essa região do que aqueles ditos que se desgastam de tão repetidos.

Além disso, como trataremos na próxima seção, nos valemos de outro aporte foucaultiano – a noção de dispositivo – para construir uma armação conceitual que nos auxiliou a pensar na proposição de um “dispositivo da sustentabilidade” que estaria atuando em funcionamento no tempo presente. Esta ferramenta conceitual contribuiu fortemente para construirmos uma rede de inteligibilidade sob a qual e por meio da qual discutiremos o que se tem dito sobre a Amazônia em jornais brasileiros no final da primeira década desse milênio.

## A floresta e seus habitantes nas tramas do dispositivo da sustentabilidade

Estamos designando *dispositivo da sustentabilidade* o conjunto de discursos, imagens, instituições, leis, proposições filosóficas, enunciados científicos que se ocupa da sustentabilidade nos tempos atuais. A noção de dispositivo, proveniente da obra de Michel Foucault, busca estabelecer relações entre elementos discursivos e não discursivos para que se possa compreender questões fundamentais sobre a constituição das subjetividades contemporâneas. Como define Foucault (2003), o dispositivo consiste em estratégias de relações de força, sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. Os dispositivos que coexistem em determinado período histórico conformam e modulam as formas de ser e de estar no mundo em dado momento. A subjetividade contemporânea é, assim, engendrada pelos dispositivos que atuam na promoção de visibilidades e enunciações que definem como nos constituímos, como nos vemos e como nos narramos. “Nós pertencemos a dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo em relação aos precedentes pode ser chamada de sua atualidade, nossa atualidade” (DELEUZE, 1999, p. 159).

Portanto, defendemos que o *dispositivo da sustentabilidade* está em plena atividade no presente. Somos convidados (e conclamados) a entrar em relação com este dispositivo todos os dias, seja no momento em que abrimos uma revista ou jornal, seja quando ligamos a televisão, quando frequentamos nossos locais de trabalho, quando conversamos com nossos amigos, quando viajamos... Enfim, com seus tentáculos (ou linhas, como diz Deleuze), o *dispositivo da sustentabilidade* nos atinge por meio das suas múltiplas táticas, instando-nos a falar sua língua, a moldar nossas atitudes em conformidade com seus discursos (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012). Essa pedagogia exercida pelo *dispositivo da sustentabilidade* se processa nas instâncias múltiplas atravessadas por ele, ultrapassando as fronteiras das instituições escolares e mesmo das ações de educação ambiental. Aprendemos a nos tornarmos “verdes” nos mais diversos âmbitos, mas convém realçar o incisivo papel da mídia neste processo, que participa efetivamente da constituição dos sujeitos contemporâneos, ensinando-lhes a ser e estar na cultura em que vivem.

Ademais, também entendemos que o dispositivo da sustentabilidade possibilita que o capitalismo transnacional se atualize e se revigore, na tentativa de aliar a conservação ambiental ao crescimento econômico. Os discursos associados a tal dispositivo passam a se valer de expressões como “custos sustentáveis”, “capital natural”, “capital sustentável”, “produção sustentável”, “consumo sustentável”, todas elas totalmente sintonizadas com o vocabulário econômico convencional. Como aponta Guimarães (2011, p. 34), somos acessados continuamente por “imagens que mostram sujeitos de sucesso nesse novo mercado das empresas que desenvolvem uma gestão focada em sustentabilidade”. Lembrando a frase do político verde norte-americano Al Gore, hoje somos instados a acreditar que o ambientalismo pode constituir uma oportunidade para a construção de um capitalismo perfeito (ROSS, 1996). Podemos dizer que o fôlego que vemos atualmente no dispositivo da sustentabilidade se deve em grande parte a esta conexão com as políticas neoliberais, bem como o seu caráter consensual: quem se atreveria a contestar a necessidade de vivermos de formas mais sustentáveis?

Pensar na atuação do *dispositivo da sustentabilidade* de forma imbricada com os enunciados sobre a floresta amazônica e as populações tradicionais correspondeu a um caminho analítico que nos pareceu bastante pertinente para refletirmos sobre a Amazônia na contemporaneidade. Com a incorporação acentuada dos discursos ambientalistas à rede de representações sobre a Amazônia, houve grandes modificações nas formas de pensar esta região, na medida em que a noção de desenvolvimento sustentável passou a ser inserida de modo contundente neste debate. Como afirma Silva (1997, p.133), “por entre a diversidade de propostas, a noção de desenvolvimento sustentável vai permeando interesses díspares como uma ‘visão’ legitimadora das interpretações da Amazônia no equilíbrio da Terra”.

Nesse sentido, ao manipularmos os textos jornalísticos, nos surpreendemos com a recorrência com que questões econômicas permeavam muito do que era posto em circulação nas reportagens que tratavam da floresta, mesmo quando estas focalizavam as populações indígenas e tradicionais. Longe de se restringirem aos encartes destinados a abordar temas científicos e/ou ambientais dos jornais, as referências a Amazônia povoam as páginas mais “centrais” destes artefatos culturais, como as seções sobre política e economia, assim como os textos que compõem os editoriais. Assim, nos jornais examinados, a floresta amazônica figura ora como uma “pedra no sapato” daqueles que desejam a expansão do agronegócio ou que defendem a implantação de obras de infraestrutura de grande porte na região, ora como uma fonte de oportunidades econômicas, notadamente quando são enfocadas as opiniões daqueles que acreditam ser possível explorar de forma eficiente os produtos florestais, ou quando se vislumbra a possibilidade de obtenção de lucros com o novo mercado de créditos de carbono. Dessa forma, discutiremos como alguns discursos sobre a Amazônia que circulam em jornais brasileiros (e em muitas outras instâncias sociais e culturais) são modulados pelo *dispositivo da sustentabilidade*, especialmente em seus desdobramentos econômicos bastante afinados às estratégias do mercado globalizado.

## Amazônia em pauta – atravessamentos contemporâneos entre global e local na floresta amazônica

Nesta seção serão apresentadas análises de textos jornalísticos que demonstram como têm sido vigorosos os debates que articulam a floresta amazônica e as populações tradicionais às tramas do *dispositivo da sustentabilidade*. Para isso, abordaremos algumas questões que consideramos ter aparecido de forma recorrente nos textos jornalísticos que recolhemos, seja como tema principal do texto, seja como um tema secundário. Focalizaremos, então, trechos de algumas reportagens que versavam sobre questões como: a) a (in)viabilidade das atividades extrativistas enquanto forma de sustento econômico destas populações; b) o delineamento de outras estratégias que possam tornar rentável a manutenção da “floresta em pé”; e c) o acentuado ingresso destes grupos sociais nas dinâmicas do capital por meio das negociações sobre as compensações financeiras pela proteção da natureza. Inicialmente pensávamos que encontraríamos nos jornais uma quantidade maior de textos abordando a floresta sob o viés da biodiversidade e de seu valor potencial para o Brasil, tanto em termos ambientais quanto em termos econômicos. Porém, percebemos que a intensificação das discussões sobre as mudanças climáticas vem engendrando um novo vocabulário, que confere novos valores à floresta – compreendida agora como um *estoque de carbono* – e que atribui novos papéis a estas populações – que passam a ser vistas não apenas como guardiões da biodiversidade, mas também como atores fundamentais para que a floresta continue sendo um grande *armazém de carbono*.

Diversos textos publicados nos jornais examinados caracterizavam as populações tradicionais como protetoras da natureza, mas, ao mesmo tempo, expressavam preocupação quanto à possibilidade de que o extrativismo não pudesse garantir a sua sobrevivência, fazendo com que estes povos adotassem outras atividades econômicas que pudesse colocar a floresta amazônica em risco<sup>vi</sup>. Com base nisso, uma das alternativas aventadas em vários dos textos publicados nos jornais analisados para que estas populações não optem, eventualmente, por atividades prejudiciais ao ambiente consistia na proposição da implementação de estratégias de remuneração daqueles que preservam a floresta<sup>vii</sup>. Nesse contexto, o surgimento de um novo mercado, que negocia em termos de créditos de carbono<sup>viii</sup>, acrescenta outros elementos aos discursos que advogam a necessidade de compensações serem destinadas às populações tradicionais, como se explicita no excerto apresentado a seguir:

Estão estocadas apenas na Terra Indígena Alto Rio Guamá 145,39 toneladas de carbono por hectare. É um volume tão grandioso que transforma os tembé-tênetéhar em verdadeiros guardiões de um imenso “armazém de carbono” em plena floresta Amazônica: 40,8 milhões de toneladas de carbono armazenados num território de 279 mil hectares, na divisa com o Maranhão. [...] Só para se ter uma idéia da riqueza hoje em poder dos indígenas, o Ipam [Instituto de Pesquisa da Amazônia] concluiu que o carbono estocado nas terras indígenas e reservas extrativistas representa oito vezes o esforço global de reduções previstos pelo Tratado de Kioto. Uma das evidências do

estudo é a importância das comunidades tradicionais na manutenção do clima global – avalia Paulo Moutinho, um dos autores do estudo e coordenador do Programa de Mudanças Climáticas do Ipam. – Como estas populações acabam mantendo as florestas em pé, isto transforma os indígenas em potenciais beneficiários dos acordos internacionais para o enfrentamento das mudanças climáticas<sup>ix</sup>.

Neste trecho podemos apontar alguns novos enunciados sobre a Amazônia e as populações tradicionais inscritos em discursos sobre o papel da floresta no contexto das mudanças climáticas globais. Argumentos sobre a importância das populações tradicionais em tal cenário ambiental têm sido amplamente divulgados na mídia, transformando essas populações em interlocutores cruciais nos debates e negociações sobre o aquecimento global. Assim, a floresta passa a ser descrita como um grande estoque de carbono e as populações tradicionais como suas protetoras. O fragmento selecionado é dedicado a demonstrar *em números* como as terras indígenas são valiosas para a manutenção do equilíbrio climático do mundo. Tal profusão de números foi um dos aspectos que notamos em diversos textos jornalísticos que tratavam da imbricação existente entre populações tradicionais, floresta amazônica e mudanças climáticas. São cálculos de desmatamento, estimativas de carbono estocado na floresta, percentuais de redução das emissões, mensuração das medidas em toneladas de carbono armazenadas na floresta, quantidades de hectares abrangidos pelas terras indígenas ou reservas extrativistas, preço dos créditos de carbono etc. Enfim, esses são enunciados em que os números, de ordens diversas, se fazem presentes e, certamente, exercem um papel central na produção de previsões sobre o futuro da floresta, do clima, das populações tradicionais e da humanidade.

O que significaria este “mar de números” lançados tão estrategicamente nestas enunciações? Para Rose (1991), os números possuem um poder inequívoco na cultura política moderna, na medida em que eles adquirem um estatuto privilegiado nas decisões políticas, ao mesmo tempo em que prometem uma “despolitização” ligada ao seu caráter supostamente técnico para orientar a priorização dos problemas e a alocação dos recursos. Portanto, o autor considera que há uma política guiada/orientada pelos números – dos mais variados, como índices de natalidade ou mortalidade, acompanhamento das variações no crescimento populacional, estatísticas sobre a opinião pública, níveis de escolaridade, percentuais do território brasileiro destinados aos povos tradicionais etc. –, ao mesmo tempo em que a própria política se destina a produzir e intervir nestes números (reduzir mortalidade, aumentar escolaridade, diminuir taxas de desemprego, entre muitas outras ações). Sendo assim, os modos mais legitimados para se avaliar as políticas públicas (ou privadas) são os próprios números. Por exemplo, no caso da Amazônia, os índices de desmatamento registrados são determinantes para as ações políticas que irão ser realizadas, ao mesmo tempo em que estas ações políticas são orientadas a produzir modificações nestes mesmos índices ou números.

Entretanto, como acrescenta Rose (1991, p. 676), “é claro que tais números não se limitam a inscrever uma realidade preexistente. Eles a constituem”. Essas são considerações bastante relevantes para pensarmos a “política de números” que perpassa os discursos

sobre o papel da Amazônia e de suas populações tradicionais no contexto das mudanças climáticas. Os abundantes pareceres técnicos sobre a quantificação do carbono estocado nas terras onde vivem as populações tradicionais, somados à preocupação do país de atingir as metas estabelecidas de redução de emissões – que levou o governo, inclusive, a implantar novas reservas indígenas –, nos permitem pensar que estes números estão participando intensamente da constituição da Amazônia na contemporaneidade. E é assim que o caráter científico, objetivo, destes números que contabilizam carbono, hectares, desmatamento evitado, porcentagens de emissão de gases, lhes confere confiabilidade suficiente para conduzirem políticas, acordos e negociações (não apenas em âmbito nacional). Dessa forma, os números sobre o carbono da floresta amazônica participam da *moldagem* (ou da invenção) dessa floresta nos tempos atuais, sendo que as populações tradicionais passam a ser descritas nestes discursos como componentes estratégicos de tais relações.

Já o próximo excerto que apresentamos noticia uma situação em que algumas comunidades começam a se interessar pelas negociações do “mercado de carbono”:

Marauê Kaiabi levantou-se, foi até a lousa toda desenhada, ajustou o cocar e disse: “O que é essa coisa que vocês chamam de carbono? É poeira? É o que nós chamamos de fumaça?”. Era o fim de uma breve “aula” sobre o tema, dada pelo pesquisador André Villas-Boas, do Instituto Sócio Ambiental (ISA), ontem de manhã, a lideranças dos Xavante, Panarás, Kaiabi, Yudja, Bakairi, Kisêdjê e Umutina, alguns dos 42 povos indígenas que vivem no Mato Grosso. Depois, em plenário, Winti Kisêdjê pedia em bom português: “Precisamos que vocês, ONGs, expliquem lá nas comunidades o que é isso de mercado de carbono. Estamos sentindo as mudanças do clima. Temos que pensar nisso juntos”.<sup>x</sup>

Este trecho põe em evidência o quanto os povos indígenas (e demais populações tradicionais) têm sido, progressivamente, incluídos nos espaços de interlocução vinculados às mudanças climáticas, sendo ensinados sobre esse novo vocabulário no qual *carbono* é a palavra-chave. Ao mesmo tempo, estes sujeitos têm buscado inteirar-se sobre quais são os ganhos que poderão ter com isso. Assim, o fragmento expõe o relato de uma “aula” em que se ensinava a índios do Mato-Grosso o que é carbono, mostrando as associações por meio das quais eles aprendiam essa lição, tecendo ligações com os aspectos que eles percebiam estarem se transformando nos ambientes em que vivem. Seria possível supor que situações como essa estejam ocorrendo com certa frequência, propiciando que os povos tradicionais sejam integrados a discursos que os amalgamam à manutenção do equilíbrio climático do planeta. Concomitantemente, observamos que esses povos também se apropriam destes discursos, incorporando-os aos seus modos de explicar os fenômenos naturais, além de agregá-los às suas reivindicações por melhorias em suas condições de vida.

Colocamos em destaque, então, como são remodelados alguns dos modos mais usuais de articular populações tradicionais com a floresta amazônica nesses enunciados que focalizam possíveis remunerações financeiras provenientes das transações que têm o carbono como moeda de troca. Com efeito, pode-se dizer que a emergência dos discursos

sobre as mudanças climáticas atualiza as linhas do dispositivo da sustentabilidade, uma vez que estes engendram novas visibilidades e novas enunciações que incluem a Amazônia e suas populações tradicionais, promovendo, por sua vez, novas formas de subjetivação (e regulação) dos indivíduos que se inserem nestas categorias identitárias. Nesse sentido, o trecho a seguir aporta outros elementos que nos permitem observar mais detalhadamente algumas destas novas formas de conceber a relação das populações tradicionais com a floresta amazônica:

Os índios tembés, que vivem no Pará, pretendem fechar até o final de maio o primeiro contrato no país para a preservação de um território indígena em troca de participação na venda de créditos de carbono gerados pela manutenção da floresta. A negociação, com uma empresa brasileira, a C-Trade, vem sendo tratada desde junho do ano passado. [...] Segundo a oferta, 85% do dinheiro conseguido pela empresa ao vender no mercado os créditos de carbono irá para os tembés. Os valores ainda não foram fechados, mas os repasses à tribo devem ultrapassar R\$ 1 milhão por ano, ou cerca de R\$ 1.428 para cada uma das 700 famílias da reserva. Hoje, a maior parte delas não tem nenhum tipo de renda. Dos 279,8 mil hectares da reserva, 69 mil foram “ofertados” para serem preservados. [...] Para Juscelino Bessa, administrador da Funai em Belém (PA), os tembés estão sucumbindo às dificuldades e negociando com madeireiros toras retiradas ilegalmente. “Vendem quase de graça”. Valdeci Tembé, um dos líderes da etnia, concorda. “Isso [madeira] não dá quase nada. Vamos ver se o contrato dá certo. A ideia é essa”.<sup>xi</sup>

Neste excerto são expostas algumas questões que auxiliam a entender melhor certos processos em curso na região amazônica por relatar uma negociação já em andamento entre uma comunidade indígena e uma empresa interessada em obter “créditos de carbono”. De acordo com as informações presentes no excerto, estes índios vêm passando por dificuldades por não disporem de nenhum tipo de renda, o que os leva a vender madeira ilegalmente (e “quase de graça”). Nesse caso, é interessante indicar que os índios em questão não são descritos como “conservacionistas natos” (visto que eles vendem madeira para sobreviver), mas poderiam vir a ser, caso fossem incentivados financeiramente. A preservação da floresta é apontada, então, como uma nova atividade econômica capaz de compensar mais do que a sua destruição ou, como se costuma referir, um serviço ambiental que precisa ser recompensado.

No texto intitulado “Amazônia tem projeto internacional para evitar desmatamento”<sup>xii</sup>, é relatada uma experiência de negociação em andamento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, no Amazonas, que se encontra em um estágio adiantado, visto já ter sido concedida a certificação pelo desmatamento evitado de aproximadamente trezentos e sessenta e seis mil hectares de floresta. De acordo com a reportagem, os recursos para financiar essa iniciativa – que contempla o pagamento de *bolsas-floresta* para os moradores da reserva – são provenientes do primeiro programa de

redução de emissões por desmatamento em florestas nativas realizado no Brasil, por meio de um acordo entre o governo do Amazonas e uma rede internacional de hotéis. Como a matéria explicava, com base nesse acordo, “os hóspedes dos hotéis dessa rede que opera no mundo inteiro poderão neutralizar suas emissões de carbono doando uma quantia para que as árvores da Amazônia continuem em pé”. Assim, o diferencial desta proposta é que não se tratava da comercialização dos créditos de carbono, mas de doações voluntárias feitas pelos hóspedes com a garantia de que o dinheiro seria investido na conservação da floresta amazônica. Esta negociação se baseava no cálculo da quantidade de carbono armazenada nas áreas conservadas na Amazônia que, depois, era convertida em valores financeiros, tendo como referência o preço da tonelada de carbono na Bolsa de Valores de Chicago.

Consideramos importante refletir um pouco sobre o caráter globalizado desta rede de relações e para as novas posições que as populações tradicionais que vivem na Amazônia passam a ocupar na contemporaneidade. Estas reflexões abrangem aspectos relativos ao acentuado ingresso dessas populações nos fluxos da economia globalizada e, ao mesmo tempo, aspectos ligados à dimensão espacial que atravessa estes relatos presentes nos excertos selecionados, na medida em que os sujeitos envolvidos nestas relações apresentam distintos graus de mobilidade no espaço. Mas cabe destacar que tanto a disseminação generalizada e irrefreável dos fluxos econômicos da globalização quanto as assimétricas configurações de “mobilidade espacial” que os sujeitos apresentam nos dias de hoje devem ser vistas como fenômenos articulados destes nossos tempos. Nessa direção, Ortiz (2003) propõe que seja abandonada a ideia que temos de local e global enquanto espacialidades distintas, excludentes e antagônicas. O autor defende que em um mundo globalizado e mundializado não haveria uma oposição imanente entre global e local, mas sim atravessamentos entre estas instâncias.

Considerando as questões que concernem às populações tradicionais da Amazônia, essas asserções contribuem para problematizarmos uma suposta separação (ou oposição) que poderia ser identificada nas suas relações com a cultura e a economia globais. Ou seja, nos casos relatados acerca das negociações envolvendo o mercado de carbono, não se estaria posicionando as comunidades tradicionais amazônicas em um *local* idealizado que esteja sendo acessado pela “globalização vinda de fora”. O que sugerimos é que, no nosso mundo, cada vez mais são possíveis (e esperadas) as conjunções entre o que se passa em um ponto no meio da floresta amazônica e o que é discutido numa sala de reuniões de uma multinacional em Tóquio, por exemplo. Porém, ocorrem também as disjunções entre estes dois espaços, visto que, como explica Ortiz (2003), mundialização e globalização trazem consigo vetores poderosos de dominação. É preciso, portanto, que os indígenas do Pará ou as populações extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma continuem lá exatamente onde estão, conservando a floresta e “cuidando” do carbono, para que as reuniões da empresa multinacional possam continuar acontecendo.

A esse respeito, Gupta e Ferguson (2000) argumentam que os processos contemporâneos de produção da diferença cultural ocorrem em um espaço contínuo, conectado e atravessado por relações econômicas e políticas de desigualdade. Por conseguinte, as relações sociais são assimétricas, tendo em vista que “as instâncias e instituições que as

constroem distintas posições de poder e legitimidade (países fortes *versus* países fracos; transnacionais *versus* governos nacionais; estado nacional *versus* grupos indígenas)" (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 169).

Ademais, Ortiz (2003) alerta que devemos levar em conta que no mundo atual uma instituição adquiriu um peso desproporcional: o mercado enquanto instância não apenas econômica, mas também produtora de sentido. Assim, quando pensamos nas intersecções que vemos acontecer contemporaneamente – entre populações tradicionais e as empresas interessadas no mercado de carbono ou entre essas populações e as autoridades que discutem as mudanças climáticas nas conferências internacionais ou mesmo entre o extrativista da Amazônia e o turista que se hospeda no referido hotel – é fundamental que levemos em consideração estes aspectos, pois não se tratam de posições equivalentes em termos de força e de legitimidade. Por mais que algumas lideranças de populações tradicionais se façam presentes nos espaços de interlocução sobre as mudanças climáticas globais e efetivamente sejam ouvidas, quando se remunera uma comunidade pela conservação da floresta, não está sendo priorizado o bem-estar desta comunidade, nem tampouco a floresta está sendo valorizada pela sua importância ecológica. A partir das análises dos enunciados encontrados nos jornais examinados, parece-nos que o que realmente está em questão é o mercado e a sua continuidade, seja por meio da garantia de que o carbono permaneça estocado nas árvores da floresta amazônica (e das operações financeiras que decorrem disso), seja por meio dos discursos sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Bauman (1999, p. 8) afirma que “junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo ‘localizador’, de fixação no espaço”. Segundo ele, “testemunhamos hoje um processo de reestratificação mundial, no qual se constrói uma nova hierarquia sociocultural em escala planetária” (p. 78). Essas novas estratificações se traduzem fortemente na mobilidade apresentada por alguns e na correspondente fixação de muitos outros, como no caso do contraste entre o extrativista e o turista. Indo adiante nesta metáfora, pode-se dizer que para existir o turista – isto é, o conectado e móvel cidadão global –, é necessário que exista o extrativista. Nas palavras de Canclini (2005, p. 94), “os pequenos ou localizados são os ‘duplos’ indispensáveis para o nomadismo e o enriquecimento dos grandes”. Se as relações clássicas de exploração se sustentavam na repartição desigual de bens estáveis e fixados territorialmente (como a propriedade de terras ou os meios de produção de uma fábrica), agora, “o capital que produz a diferença e a desigualdade é a capacidade ou a oportunidade de mover-se, manter redes interconectadas” (CANCLINI, 2005, p. 95).

Contudo, destacamos que não temos a intenção de caracterizar as populações tradicionais como reféns da situação em que se encontram, como se estas fossem passivas diante de algo que se lhes afigura como imutável. Os povos tradicionais ingressam, ativamente, nessas redes de relações (e discursos) porque têm algo a ganhar com isso, seja em direitos territoriais, seja em compensações financeiras. Mas, por outro lado, supor que índios e empresários interessados em pagar pelo “desmatamento evitado” sentam-se em uma mesa de negociações em igualdade de condições seria ingenuidade. Consequentemente,

mente, acreditamos que pôr em relevo a diferencial capacidade de mobilidade que estes sujeitos apresentam – produtora de novas estratificações sociais do mundo em que vivemos –, contribui para pensarmos sobre as assimetrias que se fazem presentes nestas relações.

## Algumas palavras finais

Um dos enunciados em destaque nas análises dos textos jornalísticos aponta que as terras habitadas pelos povos indígenas e tradicionais deveriam ser consideradas “imensos armazéns de carbono”, sendo tais populações as responsáveis por proteger tal estoque de carbono, impedindo que ele seja liberado na atmosfera, o que poderia provocar um “caos climático”. Manipulando os excertos e refletindo sobre este recorte temático, nos questionamos se não seria um fardo até mais pesado para essas populações serem vistas como guardiãs do carbono do que como guardiãs da biodiversidade. Isso porque, ainda que a erosão da diversidade biológica seja descrita como uma perda irreparável para a humanidade, tendo em vista, entre outros motivos, seus potenciais usos (e valores) no futuro, a liberação do carbono na atmosfera, de acordo com os discursos científicos, afetaria de modo muito mais impactante e direto todas as pessoas do planeta. É como se recaísse sobre essas populações a responsabilidade de evitar uma grande catástrofe.

Argumentamos, então, que os discursos sobre as mudanças climáticas globais vêm adquirindo uma importância acentuada sobre os modos de pensar e agir com relação a Amazônia e suas populações tradicionais, inserindo-as ainda mais nas linhas do *dispositivo da sustentabilidade*. Ao situar a integração das populações tradicionais amazônicas aos debates sobre mudanças climáticas, os textos analisados mostram como algumas comunidades têm se interessado pela possibilidade de benefício com as premiações (ou pagamentos) decorrentes da preservação da floresta, enquanto outras comunidades já se encontram inseridas em transações econômicas relativas ao “mercado de carbono”.

Gostaríamos de ressaltar a capacidade que os discursos sobre as mudanças climáticas têm de agregar mercado à preservação da natureza. Para citar apenas algumas das estratégias que foram mencionadas anteriormente, temos: o pagamento (compensações financeiras) pela conservação da floresta, o interesse de empresas multinacionais em obter certificações pela proteção da Amazônia, a inclusão do carbono nas cotações das bolsas de valores. Por essas razões, parece-nos que “a descoberta do carbono da floresta” propiciou uma valorização econômica da mesma ainda mais eficiente do que as tentativas precedentes de estimar os valores financeiros prováveis da biodiversidade amazônica. Isso porque, enquanto a biodiversidade é frequentemente descrita como uma “reserva de valor” para o futuro, algo semelhante a uma caderneta de poupança, o carbono estocado representa a possibilidade de ganhos imediatos (ou muito iminentes). Um aspecto curioso com relação à valorização do carbono florestal é que não se busca atribuir um preço para um produto concreto que poderia ser usado, vendido ou trocado (como ocorre com os recursos da biodiversidade), mas as transações se dão em torno de algo que é, de certo modo, virtual: que o carbono não seja visto, não seja sentido, não seja liberado, isto é, que ele continue não existindo ou existindo apenas enquanto um estoque na floresta. Dito de outro modo, se paga para que o carbono não venha a “existir”.

Dessa forma, argumentamos que as populações tradicionais são subjetivadas (e enredadas) pelo *dispositivo da sustentabilidade*, uma vez que aderem voluntariamente a esta categoria, ficando, assim, comprometidas com os enunciados que as descrevem como protetoras da natureza (ou do carbono). Como aponta Viveiros de Castro (2005, p. 126), os povos indígenas (e, de modo geral, as populações tradicionais) são valorizados por se tornarem um reservatório de tecnologias úteis para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, o que não deixa de ser uma visão utilitarista, “que parece só admitir o direito à existência dos outros se estes *servirem a algo para nós*” (grifo do autor). Porém, caberia salientar que tal dispositivo não foi tomado, neste estudo, como algo necessariamente ruim (nem bom), mas como um conjunto de estratégias variadas que produzem efeitos nas pessoas – seja nos habitantes das grandes cidades, seja nos “povos da floresta”.

Com base nestes aspectos, uma das conclusões possíveis acerca dos discursos contemporâneos sobre a Amazônia refere-se ao papel destacado que o mercado vem assumindo no jogo de forças relativo ao que deve ser feito com a floresta e com suas populações tradicionais. Isso permite-nos indicar que os enunciados sobre as mudanças climáticas atualizam e reforçam o *dispositivo da sustentabilidade*, uma vez que fazem emergir novas formas de ver e enunciar a floresta amazônica, as quais entrelaçam mais fortemente as populações tradicionais aos discursos sobre o desenvolvimento sustentável, produzindo renovadas táticas de subjetivação e de regulação dos indivíduos que aderem a tal categoria identitária. Em suma, podemos considerar que essas são algumas das lições que podemos aprender sobre a Amazônia e seus habitantes “tradicionais” ao folhearmos as páginas de um jornal – mas que, certamente, perpassam outras instâncias de produção e veiculação de discursos nestes nossos tempos.

Enfim, a partir desse olhar analítico para os enunciados que colocam em articulação a floresta amazônica, as populações tradicionais e a ideia de sustentabilidade, sugerimos a pertinência de se promover *exercícios de estranhamento*, que podem propiciar que o objeto seja “despedaçado em seus contornos definitivos, para retornar ao indefinido, abrindo a possibilidade de um novo vir a ser” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 153). Talvez estas operações de “desfamiliarização” abram possibilidades de fuga, de desvio e de resistência, que também se inscrevem nos modos como a diáde floresta amazônica/populações tradicionais é produzida discursivamente na atualidade. Como alertou Foucault (2009, p. 24): “é preciso também que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares”.

## Notas

i Valemo-nos do conceito de invenção tal como ele vem sendo empregado por Albuquerque Jr. (2007, p.20), ou seja, para destacar a ocorrência de *uma ruptura, de uma cesura e de um momento inaugural de uma prática*.

ii Foram escolhidos os jornais *Folha de São Paulo* (FSP), *O Estado de São Paulo* (ES), *Valor Econômico* (VE) e *O Globo* (G). O período contemplado foi entre os anos de 2007 e 2011. Este recorte temporal foi definido devido ao fato de ser o período em que a pesquisa estava sendo conduzida, o que facilitou o trabalho de busca de textos, além de garantir o viés de “atualidade” aos discursos que seriam analisados.

iii Tais instâncias abrangem o meio acadêmico, discursividades provindas de organizações ambientalistas, enunciados que circulam nos meios de comunicação (como os que serão enfocados neste artigo), assim como documentos legais que

orientam as políticas direcionadas a estas populações. Caberia mencionar, por exemplo, o decreto presidencial n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

iv Infelizmente, não será possível apresentar os blocos de análise nas discussões que desenvolvemos a seguir. Com o objetivo de oportunizar uma amplitude maior das discussões realizadas sobre o eixo temático indicado, optamos por decompor os blocos de análise, apresentando alguns excertos isoladamente. Ainda que este procedimento modifique (e talvez empobreça) um pouco o encadeamento da argumentação que foi engendrada no estudo, o delineamento de um artigo a partir de um trabalho maior sempre incorre em edições, escolhas e exclusões.

v Outros eixos temáticos enfocados no estudo em questão foram os impasses, tensões e aproximações entre desenvolvimento e preservação nos discursos sobre a Amazônia e as relações entre as populações tradicionais e a conservação da floresta amazônica.

vi Vide, por exemplo, as matérias “Chico Mendes: o extrativismo vive o maior desafio” (ESP, 1º Caderno - *Vida & Ambiente*, 21/12/2008), “Extrativismo insustentável” (FSP, *Caderno Mais!*, 22/07/2007), entre outras (ao todo foram 19).

vii Essa perspectiva é defendida, por exemplo, nos seguintes textos: “Bolsa-floresta fortalece ideia de negociação em mercado” (ESP, 06/11/2008); “Governo estuda criar bolsa-floresta” (ESP, 28/08/2009); “Compensando pela preservação da Amazônia” (VE, 2º Caderno – *Opinião*, 23/07/2008), entre outros. Cerca de 16 textos abordavam essa questão.

viii De acordo com o protocolo de Kyoto, os países não podem contar com as florestas para elaborarem suas metas de redução da emissão de gases-estufa, nem tampouco é possível negociar os créditos de “desmatamento evitado” com outros países ou empresas. Contudo, há a possibilidade de se comercializar os créditos de carbono pela preservação das florestas em “mercados voluntários”, através da negociação com empresas. No período definido para a “coleta” dos materiais analisados no estudo, estavam em discussão propostas para agregar o “desmatamento evitado” como uma forma de redução de emissões de gases estufa aos dispositivos acordados internacionalmente, sendo que a mais comentada consistia em um mecanismo de financiamento do corte das emissões por desmatamento chamado REDD (sigla em inglês para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Na Conferência de Cancún, realizada em 2010, conseguiu-se aprovar o acordo sobre o mecanismo para compensar os países tropicais pela redução do desmatamento, agora chamado de Redd+.

ix Retirado do texto “Índio não quer fumaça”, publicado no jornal O Globo, Caderno Especial, em 07/06/2009.

x Trecho extraído da reportagem “Índigenas querem saber o que é mercado de carbono”, publicada no jornal Valor Econômico, 1º Caderno – Brasil, em 12/09/2008.

xi Retirado do texto “Índios ganharão para preservar a floresta”, publicado na Folha de São Paulo, 1º Caderno – Ciência, em 02/05/2009.

xii Publicado no jornal Valor Econômico, em 11/04/2008.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE Durval M. **História. A arte de inventar o passado.** Bauru: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Mauro W.B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.55, p.33-53, jun. 2004.

ANDRADE, Rômulo P. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v.5, n.2, p.453-468, maio/ago 2010.

ARAÚJO, Hermetes R. O mercado, a floresta e a ciência no mundo industrial. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Traduzido por Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

- BUENO, Magali F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia:** uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em Geografia Humana, USP, 2002.
- CANCLINI, Néstor G. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- COSTA, Kelerson S. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. **Série Estudos e Ensaios** (Flacso), v. 1, p. 90-114, 2009.
- DELEUZE, Gilles. Que és un dispositivo? In: E. Balibar, H. Dreyfus, G. Deleuze et al. **Michel Foucault, Filósofo.** Barcelona: Gedisa, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- \_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia.** Manaus: Ed. Valer, 2007.
- GROSSBERG, Lawrence. On postmodernism and articulation: an interview with Stuart Hall. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing. Stuart Hall (orgs.). **Critical Dialogues in Cultural Studies.** London/New York: Routledge, 1996.
- GUIMARÃES, Leandro B. Imagens da sustentabilidade em um mundo sem ilhas. In: HENNING, Paula C.; RIBEIRO, Paula R.C.; SCHMIDT, Elisabeth B. (orgs.). **Perspectivas de investigação no campo da educação ambiental & educação em ciências.** Rio Grande: FURG, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Um olhar nacional sobre a Amazônia:** apreendendo a floresta em textos de Euclides da Cunha. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.
- LIMA, Gustavo Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. VI, n. 2, p.99-119, jul./dez. 2003.
- ORTIZ, Renato. **Um outro território:** ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho d’água, 2003.
- PÁDUA, José Augusto. “Arrastados por uma cega avareza” – as origens da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n.31, p. 133-146, jul/dez, 2005.
- ROSE, Nikolas. Governing by numbers. Refiguring out democracy. **Accounting Organizations and Society**, London, v.16, n.7, p.673-693, 1991.
- ROSS, Andrew. The future is a risk business. In: ROBERTSON, George; MASH, Melinda; TICKNER, Lisa; BIRD, John; CURTIS, Barry; PUTNAM, Tim (eds.). **Nature, science, culture.** London/New York: Routledge, 1996.

SAMPAIO, Shaula M. V.; GUIMARÃES, Leandro B. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. **Perspectiva**, Florianópolis, v.30, n. 2,

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Tese (doutorado). Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1997.

SLACK, Jennifer Daryl. The theory and method of articulation in cultural studies. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing. Stuart Hall (orgs.). **Critical Dialogues in Cultural Studies**. London/New York: Routledge, 1996.

THOMPSON, John B. **A mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O perspectivismo ameríndio ou a natureza em pessoa. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n.31, p.122-132, jul/dez 2005.

Submetido em: 15/08/2012.

Aceito em: 13/11/2013.



# GUARDIÕES DE UM IMENSO ESTOQUE DE CARBONO — FLORESTA AMAZÔNICA, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O DISPOSITIVO DA SUSTENTABILIDADE

---

SHAULA MAÍRA VICENTINI DE SAMPAIO  
MARIA LÚCIA CASTAGNA WORTMANN

**Resumo:** Tentativas de colocar em articulação a floresta amazônica e as chamadas populações tradicionais têm se intensificado bastante nas últimas décadas, tanto no âmbito acadêmico, quanto na militância ambientalista. Por sua vez, a noção de sustentabilidade, entendida, como um dispositivo estratégico, atua na intensificação de tal acoplamento, possibilitando leituras renovadas das relações entre povos tradicionais e a natureza da Amazônia. O propósito deste artigo é discutir e problematizar a referida articulação, tomando como subsídio análises de textos sobre a Amazônia publicados em jornais brasileiros de ampla circulação. Dentre os enunciados analisados, este texto coloca em destaque aqueles que tematizam as mudanças climáticas globais, descrevendo muitas vezes a floresta amazônica como um depósito de carbono e atribuindo às populações tradicionais o papel de protetoras deste carbono. Dessa forma, as discussões desenvolvidas buscam ressaltar (e problematizar) a capacidade que os discursos sobre as mudanças climáticas têm de integrar o mercado à preservação da natureza.

**Palavras-chave:** Dispositivo da sustentabilidade; Populações tradicionais; Floresta amazônica; Mercado de carbono.

**Resumen:** La articulación entre floresta amazônica y poblaciones tradicionales viene ganando bastante reconocimiento en las últimas décadas, tanto en el ámbito académico como en la militancia ambientalista. A su vez, la noción de sostenibilidad actúa, cada vez más, como un dispositivo estratégico que intensifica la articulación entre estos elementos, posibilitando lecturas renovadas de la relación entre los pueblos tradicionales y la naturaleza de la Amazonia. El propósito de este artículo es discutir y problematizar la referida articulación, tomando como apoyo algunos análisis de textos sobre la Amazonia que fueron publicados en periódicos brasileños de amplia circulación. Se le ha dado destaque, principalmente, a los discursos sobre los cambios climáticos globales, los que, muchas veces, describen la

floresta amazónica como un depósito de carbono y a las poblaciones tradicionales como protectoras del mismo. Finalmente, se resalta la capacidad que tienen los discursos sobre cambios climáticos de integrar el mercado a la preservación de la naturaleza.

**Palabras clave:** Dispositivo de la sostenibilidad; Poblaciones tradicionales; Floresta amazónica; Mercado de carbono.

**Abstract:** Attempts to promote the articulation between the Amazon rainforest and its so-called traditional populations have intensified greatly in recent decades, both in academic as in environmental activism. The notion of sustainability, understood as a strategic apparatus, operates in the intensification of such coupling, bringing to light renewed analysis of the relationships between traditional peoples and the nature in the Amazon. The purpose of this paper is to discuss and analyse such articulation, taking as a starting point several text analysis on the Brazilian Amazon published in newspapers of wide circulation. The emphasis was given on the discourse on global climate change, which often describes the Amazon rainforest as a carbon depot, and attaches to the traditional populations a role of guardians of this carbon. In this sense, the discussions brought here aim at underlining the capability which the discourses on climate change have to integrate the stock market into the preservation of nature.

**Keywords:** The dispositif of sustainability; Traditional populations; Amazon rainforest; Carbon market.

---